

PROPOSTAS URBANAS PARA A COMUNIDADE DE NOVA ESPERANÇA: PRAÇA CAMPO E MIRANTE DA REPRESA

PROPUESTAS URBANAS PARA LA COMUNIDAD DE NOVA ESPERANÇA: PRACA CAMPO Y MIRANTE DE LA REPRESA

URBAN PROPOSALS FOR THE COMMUNITY OF NOVA ESPERANÇA: SOCCERFIELD SQUARE AND MIRACLE OF RESERVOIR

CERQUEIRA, VAGNER D. F. DE

Arquiteto e Urbanista, Pesquisador Incití, Mestrando em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Especialista em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade, Universidade Federal da Bahia. E-mail: vagnerdamasceno.arq@gmail.com

ALONSO, RAFAELA C.

Arquiteta e Urbanista, Professora Faculdade de Arquitetura UFBA, Especialista em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade, Universidade Federal da Bahia. E-mail: alonso.rafaela@gmail.com

SUAREZ, NAIA A.

Arquiteta e Urbanista, Doutora pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, Professora Faculdade de Arquitetura UFBA - Universidade Federal da Bahia. E-mail: naiaalban@gmail.com

1 PROPOSTA MACRO DE INTERVENÇÃO URBANA EM NOVA ESPERANÇA

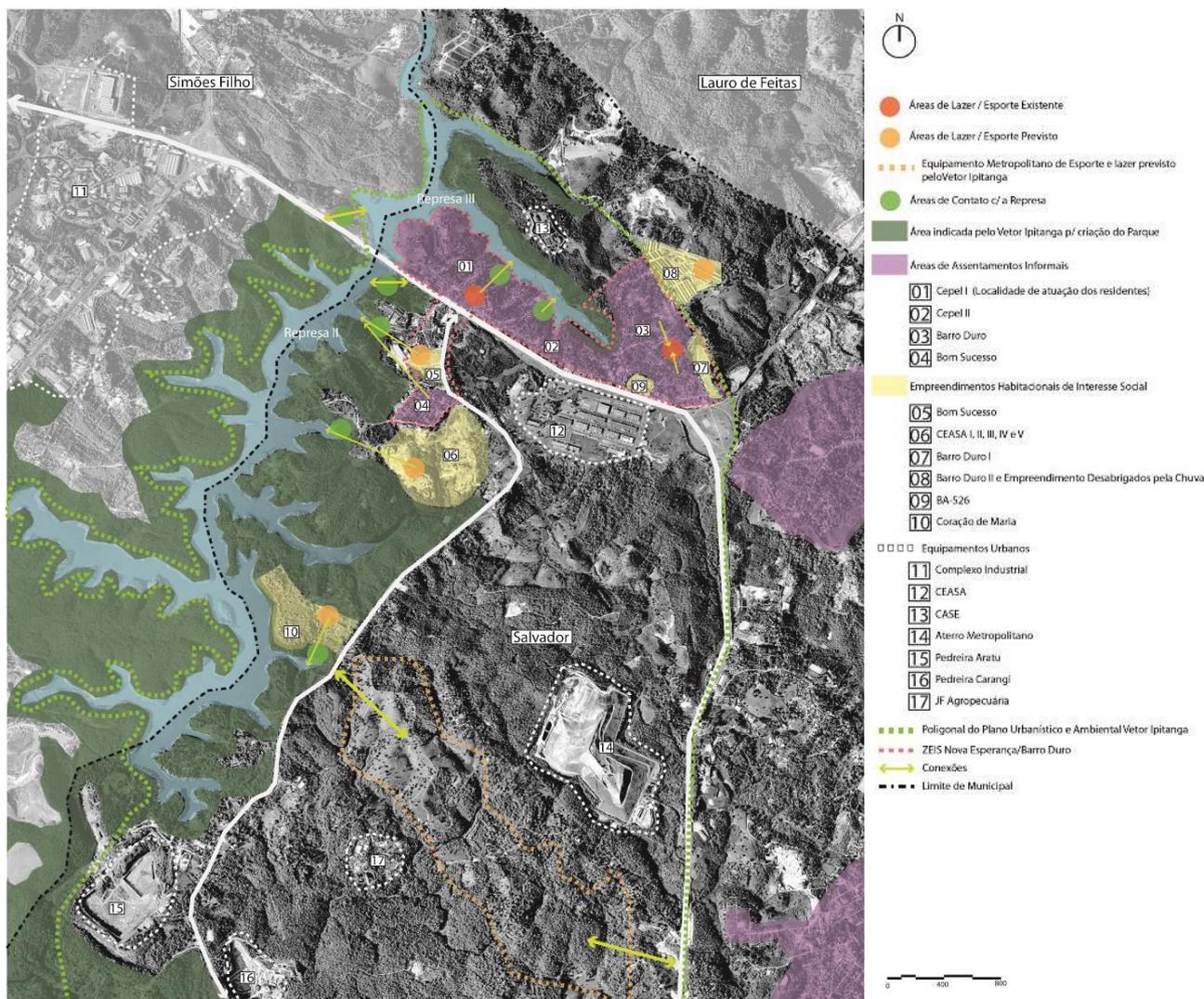
O objetivo deste artigo é apresentar dois projetos de intervenção urbana desenvolvidos com a comunidade de Nova Esperança, localizada em Salvador às margens do manancial Joanes-Ipitanga. Conforme aponta Santo *et al* (2010), esse conjunto de represas é de extrema relevância para o abastecimento da Região Metropolitana de Salvador (RMS), além de ser considerada como Área de Preservação Ambiental (APA). Os projetos foram elaborados durante a primeira edição do curso de especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade da Universidade Federal da Bahia.¹ O texto aborda brevemente a idealização do projeto de assistência técnica prestada à comunidade, bem como a concepção dos projetos de intervenção urbana para a área em questão.

No caso da comunidade de Nova Esperança, os estudos sobre o território, inicialmente elaborados em equipe², serviram de base para elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos com foco na articulação entre o meio ambiente e o espaço urbano, dentre os quais serão apresentados neste artigo a experiência dos projetos “Praça Campo” e “Mirante da Represa” da autoria dos arquitetos especialistas Vagner Damasceno e Rafaela Alonso, ambos sob orientação da Prof.^a Dr.^a Naia Alban Suarez. Estes dois projetos inserem-se no contexto das demandas urbano-ambientais de ocupações irregulares impactantes em áreas de relevância ambiental, frequentemente colocadas para profissionais que atuam na reflexão propositiva em áreas de ocupação habitacional, ao promover a assistência técnica com atuação pluridisciplinar e participativa (SUAREZ, A., ALONSO, R. C., CERQUEIRA, V.D.F, 2015).

Se por um lado, o manancial do Ipitanga sofre com os impactos das ocupações informais devido à deficiência dos serviços e da rede de saneamento dessas ocupações (IBGE,2010), por outro lado, Nova Esperança é carente de infraestrutura e equipamentos comunitários - de lazer e cultura - que contribuam para o encontro e a busca de melhor habitabilidade na área. Portanto, o conceito geral que balizou ambos os projetos parte do princípio de preservar o meio ambiente e ao mesmo tempo potencializar os espaços voltados para o lazer e para a prática de esportes. Nesse sentido, os dois projetos em questão fazem parte de uma proposta macro que discute e indica estrategicamente “pontos de esporte e lazer” distribuídos pelas diversas comunidades

ribeirinhas, assim como “pontos de contato ambiental” voltados ao lazer contemplativo da paisagem fluvial e ao respeito e colaboração para a sua preservação. O “ponto de esporte e lazer” e o “ponto de contato ambiental”, apresentados neste artigo, correspondem a intervenção urbana composta pelos projetos “Praça Campo” e “Mirante da Represa”, respectivamente, ambos desenvolvidos em nível de estudo preliminar para a localidade Cepel I como projetos piloto da proposta macro conforme aponta a figura 01.

Figura 1: Estudo Regional de Implantação de Pontos de Lazer, Esporte e Contato Ambiental



Fonte: Alonso e Cerqueira (2015)

2 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

O sítio foco dos projetos possui 1,85 hectares e está localizado em Cepel I, localidade que concentra importantes equipamentos do bairro. O local do projeto Praça Campo (sítio 1) possui a cota mais elevada do terreno e é delimitado por equipamentos comunitários de saúde e educação e pela rodovia BA-526. A área de projeto segue pela Rua Paramirim onde se conecta com cotas mais baixas às margens da Represa do Ipitanga, onde se desenvolve a proposta Mirante da Represa (Sítio 2). Assim, soluções arquitetônicas se diferem entre as espacialidades, no entanto se comunicam enquanto projetos articulados por um mesmo sistema de diretrizes com foco em infraestruturas verde/azul.

Apoiado na premissa de Christopher Alexander (2012) de que as áreas externas coletivas devem permitir que as pessoas se sintam confortáveis fora de suas edificações e conectadas ao sistema social maior, a proposta visa fortalecer a coesão do núcleo da localidade Cepel I ao reafirmar o caráter coletivo desse espaço. Os equipamentos de saúde e educação existentes geram no Sítio 1 um fluxo diário de pessoas das diversas

localidades do bairro. Portanto, propõe-se o aprimoramento da solução de micro acessibilidade para facilitar o fluxo dos moradores entre as localidades do bairro. A partir disso, se estabelece um eixo estruturante para a implantação da Praça Campo, a qual define a visual paisagística até a extremidade oposta, direcionando o olhar do transeunte para o Mirante da Represa, tornando-se um marco de entrada da localidade. A demarcação do eixo define duas espacialidades no Sítio 1, o campo de futebol de um lado e os demais equipamentos do outro, assim, foi possível dispor arquibancadas e vestiários no perímetro do campo. O campo de futebol teve sua disposição readequada e dimensões reduzidas de modo a ganhar proporção conforme as práticas oficiais e, conseqüentemente, disponibilizar espaço para implantação da sede da Cooperativa Beneficente do Bairro de Nova Esperança (COOPABENE) e de áreas de convívio.

Figura 2: Planta da Proposta Geral de Intervenção.



Fonte: Alonso e Cerqueira (2015)

Figura 3: Corte longitudinal do sítio 1



Fonte: Alonso e Cerqueira (2015)

Figura 4: Perspectiva de acesso pela BA 526



Fonte: Alonso e Cerqueira (2015)

Figura 5: Eixo estruturador do projeto



Fonte: Alonso e Cerqueira (2015)

Os espaços de convívio social são definidos pela dinâmica da modelagem topográfica que se articula com os elementos que compõem a praça, como parques infantis, arquibancadas e anfiteatro, sendo este último fundamental para o desenvolvimento das atividades artísticas de capoeira e dança que ocorrem na comunidade. A modelagem da topografia ainda contribui para a implantação de sistemas sustentáveis de drenagem das águas pluviais, como os jardins de chuva. Quadras poliesportivas, pista de skate, parque infantil e mobiliários também são propostos para oferecer maior diversidade de atividades.

Figura 6: Anfiteatro e sede da COPABENE aos fundos.



Fonte: Alonso e Cerqueira (2015)

Figura 7: Sede da COPABENE.

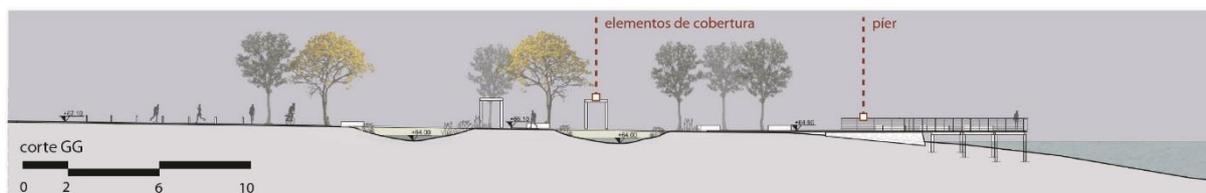


Fonte: Alonso e Cerqueira (2015)

A proposta continua pela Rua Paramirim, a qual é transformada em via compartilhada de baixa velocidade para veículos, bicicletas e pedestres. Propõe-se a implantação de vagas de estacionamento, equipamentos de infraestrutura verde e coleta seletiva de lixo. Sugere-se, também, o tratamento das frentes de lote, considerando a disponibilidade de área para criação de jardins com o intuito de fortalecer a sensação de pertencimento dos residentes e também de conduzir o pedestre por um caminho agradável que conduz até o “Mirante da Represa”.

Como defendido por Alexander (2012), os reservatórios municipais poderiam ser frequentados pelas pessoas e percebidos como templos, fontes do seu abastecimento de água. Seguindo esta premissa, no Sítio 2, a proposta de intervenção busca trazer um fluxo controlado para as margens do manancial e proporcionar uma atmosfera de contemplação que aproxime os moradores da compreensão da importância da região. Às margens da represa são propostas intervenções pontuais, como pequenos bolsões com pérgolas, implantação de equipamentos de ginástica, quadra de vôlei de areia e do deck sobre as águas do manancial. Propõem-se também a recomposição da mata ciliar e a implantação de jardins de chuva para condicionamento da drenagem pluvial antes de atingir a represa³.

Figura 8: Corte longitudinal no sítio 02.



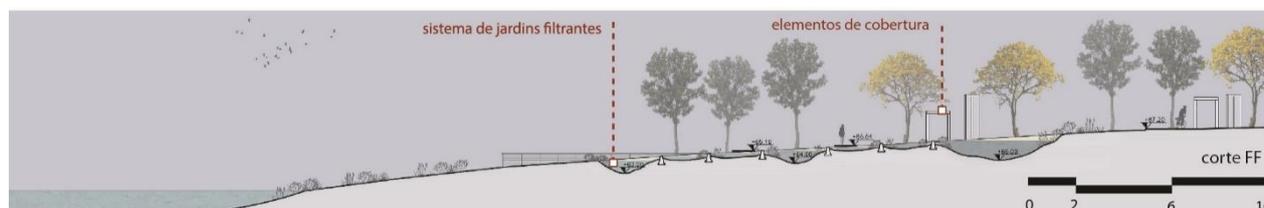
Fonte: Alonso e Cerqueira (2015)

Figura 9: Perspectiva do deck sobre as águas da represa.



Fonte: Alonso e Cerqueira (2015)

Figura 10: Corte apresentando o sistema proposto de jardins filtrantes para o sítio 02.



Fonte: Alonso e Cerqueira (2015)

O sistema de jardins de chuva compõe uma série de depressões preenchidas com vegetação, solos e demais elementos filtrantes apropriados para a limpeza da água da chuva. Nesse caso, a implantação em série contínua, possibilita que o excedente de água possa ser direcionado para a próxima depressão, escoando para o rio uma menor carga de poluentes químicos e orgânicos. A incorporação desses elementos, juntamente com a recuperação da mata nativa, tem potencial de ser utilizado como projeto piloto e como instrumento educacional para a população, capacitando jovens e adultos para o cuidado com o ecossistema natural e para a difusão de soluções mais ecológicas no tratamento da água.

O deck proposto é o destino final do percurso. Projetado em estrutura de madeira e cabeceira composto por contenção de pedras, é um mirante para a percepção da paisagem ribeirinha. O desenho deste é pensado para evitar o contato físico com a água e coloca o usuário em um ponto de percepção de maior amplitude da paisagem do manancial. O projeto explora o potencial comunitário de atuar como instrumento de vigilância da sociedade civil na fiscalização das margens do manancial, ou seja, inverte papéis de atores de degradação para guardiões da represa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos Praça Campo e Mirante da Represa fazem parte de uma mesma proposta gerada utilizando-se de uma construção conjunta entre os conhecimentos dos projetistas e as demandas, vivências e percepções dos moradores da comunidade. O exercício projetual pautado em um modelo participativo, com foco na educação ambiental e ao mesmo tempo no reconhecimento do histórico de ocupação e de luta dessa comunidade, gerou um projeto que questiona alguns paradigmas.

Dentre eles, o projeto apresentado questiona modelos de intervenção urbana pré-fabricados que muitas vezes não se adequam às especificidades locais e demandas comunitárias mais amplas. As técnicas construtivas adotadas para os equipamentos urbanos foram pensadas de forma a serem duráveis, de baixo custo e de fácil execução para o caso da construção através de mutirões, prática existente na comunidade.

Mais especificamente a respeito do “Mirante da Represa” existe o desafio de proposição em uma zona de tensão constante na qual incidem legislações no campo social e ambiental⁴. A partir da leitura dos códigos que regem a preservação do ambiente natural, e do conjunto de diretrizes para as metas e prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 2016), percebe-se que a proposta Mirante da Represa se apoia nelas, tendo como premissa a criação de um espaço de lazer de baixo impacto em área degradada, priorizando a recuperação da vegetação ripária e valorizando a implantação de espaço para fins educacionais e recreativos, de modo a restabelecer a conexão da população com a paisagem ribeirinha.

Dessa forma, a proposta indaga a legislação vigente que isola a comunidade do manancial, o que contribui para a manutenção do ciclo de degradação em curso. Assim, o exercício projetual do desenho urbano questiona barreiras das legislações ambientais que não se detém às especificidades de regiões de contato tênue entre ocupação informal e áreas de relevância ambiental.

4 REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, C. et al. *Uma linguagem de padrões: a pattern language*. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- ALONSO, R. C. *Mirante da represa: Lazer e educação ambiental em Cepel - Nova Esperança*. Trabalho Final do Curso de Especialização Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Salvador, PPGAU-UFBA, jan.2015.
- BRASIL. Resolução Nº 181. *Aprova as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020*, Brasília, 07 Dez 2016. 1-15.
- CERQUEIRA, V. D. F. *Praça campo: Esporte, lazer e educação ambiental em Cepel - Nova Esperança*. Trabalho Final do Curso de Especialização Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Salvador, PPGAU-UFBA, jan.2015.
- IBGE, I. B. *Censo Demográfico Brasileiro*. 2010
- SANTOS, E. et al. *O caminho das águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2010.
- SUAREZ, N., ALONSO, R., CERQUEIRA, V. Ensino e prática pelo direito à cidade e ao ambiente: A experiência dos projetos Praça Campo e Mirante da Represa -Esporte, Lazer e Educação Ambiental em Cepel, Nova Esperança. In : 7º PROJETER, *Anais...* Natal.

NOTAS

¹ Esse curso foi implantado na modalidade Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (Residência AU+E/UFBA). Os trabalhos de assistência técnica que orientaram a elaboração do projeto apresentado foram desenvolvidos no período de fevereiro a outubro de 2014 e o trabalho final, em janeiro de 2015, tendo como tutora a Profa. Dra. Naia Alban Suarez. Ver ALONSO (2015); e CERQUEIRA. (2015).

² A equipe de profissionais foi formada por três arquitetos (Rafaela Costa Alonso, Vagner Damasceno e Ana Claudia Balani) e dois urbanistas (Igor Alves Borges e Cleiton Arruda), sob orientação das professoras Dra. Angela Maria Gordilho Souza (coordenadora da Residência AU+E) e Me Heliana Faria Mettig Rocha (coordenadora da disciplina de Planejamento e Projeto da Residência).

³ Conforme levantado durante pesquisas de campo e apresentado no Diagnóstico Técnico Participativo, subproduto da assistência técnica prestada à Comunidade de Nova Esperança, a drenagem urbana das águas pluviais é direcionada diretamente para o manancial do Ipitanga com toda a carga de poluição difusa.

⁴ Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651, Estatuto da Cidade, Lei Federal Nº 10.257/2001, Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795/99, PDDU, lei nº7.400/2008, Resolução CEPRAM nº 2974/2002 e Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Joanes Ipitanga.

NOTA DO EDITOR (*) O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).